

CLASSE OPERÁRIA, A

Jornal carioca, inicialmente semanal, fundado em 1925 pelo então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), depois Partido Comunista Brasileiro. Circulou com interrupções como seu órgão oficial até 1952, quando foi fechado pelo próprio PCB. A partir de 1962, quando da fundação do novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), voltou a circular de forma clandestina como órgão oficial do novo partido.

CRIAÇÃO

Em maio de 1925, o PCB realizou no Rio de Janeiro seu II Congresso, durante o qual foi decidida a criação de um jornal destinado a divulgar as principais causas comunistas no seio das classes trabalhadoras. No entanto, as condições impostas pelo estado de sítio, em vigor durante praticamente todo o governo de Artur Bernardes (1922-1926), constituíram um obstáculo ao projeto.

As dificuldades foram contornadas através da obtenção do registro legal do novo jornal. Afonso Pena Júnior, ministro da Justiça, indicou Alberto Lira e Carlos Sussekind de Mendonça, dois jornalistas de destaque, para exercerem a censura do periódico, o que na prática jamais se concretizaria. No mesmo mês de maio de 1925, surgiu assim *A Classe Operária*, que, embora fosse órgão oficial do PCB, não assumia formalmente essa condição, preferindo qualificar-se como um “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”. Seus principais fundadores foram Astrogildo Pereira e Otávio Brandão Rego, auxiliados por José Lago Molares e Laura Brandão.

ATUAÇÃO

Por não possuir oficinas próprias, *A Classe Operária* editou seu primeiro número com grande dificuldade. A partir do segundo número, a direção do PCB entrou em acordo com *O País*, conseguindo que seu jornal fosse composto e impresso nas oficinas daquele periódico. Com isso, a aparência gráfica do semanário melhorou consideravelmente.

A preocupação essencial do novo jornal eram as condições de vida e de trabalho do operariado. Aberta à discussão dos problemas do dia a dia dos trabalhadores, *A Classe Operária* propunha-se divulgar suas reivindicações imediatas, dando grande destaque à seção de cartas. Todas as cartas recebidas eram publicadas e respondidas, mesmo as de conteúdo considerado reformista. O noticiário evidenciava também o caráter popular do jornal, apresentando as informações de forma didática, e relegando ao segundo plano as análises e discussões teóricas. Além dessa preocupação básica, o jornal promovia uma campanha de defesa do governo comunista da URSS, apontando esse exemplo como o caminho a ser seguido. Criticava ainda a conciliação das classes e chamava a atenção dos trabalhadores para as contradições entre o trabalho e o capital.

Receptiva às reivindicações das massas, *A Classe Operária* progrediu rapidamente, aumentando sem cessar sua tiragem. No entanto, ao atingir o terceiro mês de vida, o jornal foi suspenso pelo governo em virtude da má repercussão de uma campanha movida contra Alberto Tomás, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o

semanário, Alberto Tomás assumia uma posição reformista, procurando neutralizar a luta entre o capital e o trabalho e advogando a conciliação das classes. Os ataques ao representante da OIT incluíram a divulgação de sua comprometida biografia.

Novas condições permitiram porém o ressurgimento de *A Classe Operária* em maio de 1928. Em dezembro de 1927, o PCB organizou o Bloco Operário Camponês, frente destinada a politizar as massas trabalhadoras e a obter seu apoio para os candidatos comunistas às eleições para vereador no Distrito Federal, a serem realizadas em outubro de 1928. Tornou-se, portanto, importante dispor de um órgão de divulgação para atingir o operariado. O relançamento de *A Classe Operária* veio preencher essa necessidade. Em sua segunda fase, o jornal manteve suas características iniciais, de semanário popular interessado nas condições de vida e na mobilização política dos trabalhadores.

Em meados de 1929, em virtude da repressão desencadeada pelo governo de Washington Luís (1926-1930), *A Classe Operária* foi novamente fechada, saindo de circulação durante alguns meses.

A partir de 1930, o jornal voltou a circular, agora, porém, de maneira ilegal e irregular. Sua redação funcionava num pequeno quarto em Vila Isabel, onde os originais eram entregues ao tipógrafo Antônio Pereira da Silva, que os compunha e imprimia clandestinamente. Depois de prontos, os jornais eram conduzidos em caixotes, às vezes cobertos com laranjas, até os pontos de distribuição.

A impressão clandestina, a descoberta das oficinas, a prisão de seus responsáveis, a suspensão do jornal e seu reaparecimento pouco depois tornaram-se etapas rotineiras na vida de *A Classe Operária*. Nos momentos de maior repressão, o jornal chegou a ser impresso em São Paulo e na Bahia. A despeito das perseguições, porém, *A Classe Operária* foi editada até o fim do Estado Novo, desempenhando um papel significativo no combate contra o fascismo e na campanha pela anistia.

Com a abertura política e a legalização do PCB em maio de 1945, *A Classe Operária* voltou a circular legalmente e com regularidade, como órgão oficial do partido. Nessa nova fase, o jornal foi dirigido por Maurício Grabois. Embora apresentasse modificações que refletiam as próprias transformações por que havia passado o PCB, o semanário conservava sua preocupação inicial de se manter aberto às massas. O noticiário continuava voltado para as questões diárias dos trabalhadores e suas reivindicações imediatas. Era dado destaque especial à seção esportiva e às reportagens factuais e descritivas, que atraíam eleitores. As matérias de conteúdo teórico mantinham-se em segundo plano.

O cancelamento do registro do PCB em maio de 1947 veio afetar novamente a existência de *A Classe Operária*, que passou a enfrentar repetidas violências por parte do governo Dutra, até ser fechada em maio de 1949. Nesse momento, o PCB lançou o jornal *Voz Operária*.

Em 1951, *A Classe Operária* reapareceu como mensário, ainda sob a direção de Maurício Grabois. Seu conteúdo político, entretanto, transformou-se inteiramente. Sua principal preocupação passou a ser trabalhar pelo fortalecimento orgânico e ideológico do PCB. Num artigo comemorativo do 26º aniversário do jornal, publicado em 1º de maio de 1951, seu papel nessa nova fase foi definido como o de um “instrumento de educação do partido”. O noticiário amplo, de interesse geral, que havia caracterizado o jornal anteriormente, foi

então abandonado. O mais importante eram as matérias teóricas e analíticas sobre o marxismo-leninismo e o movimento comunista mundial, visando ao aprimoramento ideológico e à disciplina dos quadros do partido. A divulgação das notícias propriamente ditas passou ao encargo de outros periódicos comunistas, como *Voz Operária* e a *Imprensa Popular*.

Essa nova proposta de *A Classe Operária* não teve, contudo, uma longa existência. Em 1952, o PCB fechou definitivamente o jornal. Dez anos mais tarde, quando ocorreu a cisão do PCB que resultou no desligamento de Pedro Pomar, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e Maurício Grabois, entre outros, e na fundação do PCdoB, *A Classe Operária* foi relançada como órgão oficial do novo partido, voltando a circular legalmente como semanário e sendo vendido nas bancas. Com a deflagração do movimento político-militar de março de 1964, contudo, mais uma vez o jornal passou a circular na clandestinidade, mimeografado e com uma edição mensal.

Com o processo de abertura política implantado no país, o PCdoB lançou em 1980 o jornal das massas *A Tribuna da Luta Operária*, vendido legalmente nas bancas. *A Classe Operária* continuou circulando como órgão oficial do comitê central do partido, na semilegalidade. Embora não tendo seu título registrado, o jornal era distribuído abertamente em algumas ocasiões especiais, como os congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A partir de 1985, passou a ser vendido livremente em bancas de jornais.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: *Classe Operária* (1948-9 , 1951-2); *Em Tempo* (18-24/10/1979); ENTREV. BRANDÃO, O.; PEREIRA, A. *Formação*; *Voz Operária* (1949-59).